



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL ÁREA FINANCEIRA (REGISTROS CONTÁBEIS E ORÇAMENTO, E REGISTROS CONTÁBEIS, LIQUIDAÇÃO, FINANCEIRO)

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos destinada à redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

Texto 1 – Orgânico por um bom motivo

Chico Junior, *O Globo*, 25/11/2017 (fragmento)

O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico. A Dinamarca, por exemplo, começou há 25 anos uma política agrícola-ambiental que vai torná-la, até 2020, o primeiro país do mundo a ter sua produção de alimentos 100% orgânica. Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores.

Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico – a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica. É aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente e não utilizando fertilizantes químicos e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos. Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos.

A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas: aumento do que chamamos de consciência ecológica e o desejo de se consumirem alimentos mais saudáveis.

No Brasil caminha-se ainda lentamente, mas caminha-se, o que faz com que os produtos ainda sejam caros e fora do alcance da maioria. Mas o fato é que a produção vem aumentando ano a ano e os preços, de maneira geral, diminuindo.

1

No texto 1, a introdução tem a função textual de:

- (A) delimitar o tema a ser abordado no texto;
- (B) alertar para um problema na produção de alimentos;
- (C) indicar um exemplo a ser seguido;
- (D) prever um futuro a ser alcançado pelo Brasil;
- (E) aconselhar as autoridades sobre política agrícola.

2

Ao dizer que “O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico”, o autor do texto 1 apela para um tipo de figura de linguagem caracterizada pela:

- (A) personificação de seres inanimados;
- (B) utilização de um todo significando uma parte;
- (C) comparação entre um termo real e um figurado;
- (D) repetição enfática de termos;
- (E) presença de termos de significação oposta.

3

O segundo período do texto 1 tem a finalidade de:

- (A) destacar a importância da Dinamarca no cenário mundial da produção de orgânicos;
- (B) indicar um caso de sucesso, representado por um país de prestígio internacional;
- (C) comprovar uma afirmação anterior, que parecia demasiadamente vaga;
- (D) exemplificar um caso de êxito na produção de orgânicos como algo que deve ser adaptado à nossa realidade;
- (E) acrescentar um argumento que auxilie o convencimento de nossas autoridades agrícolas.

4

A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão semântica do seguinte vocábulo abaixo:

- (A) segunda-feira;
- (B) tenente-coronel;
- (C) inter-relacionamento;
- (D) cara-de-pau;
- (E) político-econômico.

5

O segundo parágrafo do texto 1 deve ser classificado, em termos de gênero textual predominante, como:

- (A) informativo;
- (B) instrucional;
- (C) didático;
- (D) publicitário;
- (E) injuntivo.

6

O segmento do texto 1 que NÃO apresenta uma marca metalinguística é:

- (A) “Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico”;
- (B) “a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”;
- (C) “É aquele produzido de forma sustentável”;
- (D) “e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (E) “inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta”.

7

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a utilização do termo “de passagem” informa ao leitor que:

- (A) algo de pouca importância vai ser incluído no texto;
- (B) um segmento de curta extensão vai ser inserido no texto;
- (C) uma mensagem essencial vai ser acrescentada ao texto;
- (D) uma pequena interrupção do tema central vai ocorrer;
- (E) uma retificação de algo anterior vai ser feita.

8

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a modificação de um elemento provoca mudança de sentido em:

- (A) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem;
- (B) Diga-se de passagem que o país que usa mais agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (C) O país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem, é o Brasil;
- (D) Seja dito de passagem que o país que mais usa agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (E) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, seja dito de passagem.

9

O segmento do texto 1 em que os termos sublinhados são redundantes é:

- (A) “Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores”;
- (B) “aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente”;
- (C) “os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (D) “são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos”;
- (E) “A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas”.

Texto 2 – Intercâmbio de alimentos

Renato Mocelline/Rosiane de Camargo, *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, p. 72.

A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos.

Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa pelas dificuldades que tinham de encontrar os tão desejados metais preciosos.

Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas. Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida.

10

O primeiro parágrafo do texto 2 funciona como:

- (A) uma afirmativa que é explicitada no decorrer do texto;
- (B) uma informação que é contestada a seguir;
- (C) uma referência histórica cujos termos são explicados;
- (D) uma opinião pessoal que não é satisfatoriamente justificada;
- (E) uma alusão geradora de curiosidade no leitor.

11

O texto 2 deve ser considerado prioritariamente:

- (A) narrativo, por estruturar-se em etapas cronológicas;
- (B) dissertativo-expositivo, por organizar-se em informações sem ligações de causa/consequência;
- (C) dissertativo-argumentativo, por apresentar um pensamento que é defendido no decorrer do texto;
- (D) descritivo, por mostrar características e qualidades das pessoas e coisas referidas;
- (E) injuntivo, por indicar, de forma didática, os caminhos a serem seguidos no estudo da alimentação na História.

12

“A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos”.

Com base nesse segmento inicial do texto 2, foram propostas várias modificações no texto; a opção de mudança que interfere com a correção gramatical ou modifica a mensagem original é:

- (A) em lugar de “a chegada dos europeus” poderia estar “a chegada europeia”;
- (B) em lugar da expressão “à América” poderia estar “na América”;
- (C) em lugar de “uma das transformações mais revolucionárias” poderia estar “uma transformação das mais revolucionárias”;
- (D) em lugar de “hábitos alimentares” poderia estar “hábitos de alimentação”;
- (E) em lugar de “dos seres humanos” poderia estar “do Homem”.

13

Observe os três segmentos abaixo, retirados do texto 2.

“por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”
“Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa...”

“Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”.

Nessas ocorrências, os pronomes demonstrativos empregados:

- (A) têm sempre por antecedente uma oração;
- (B) referem-se sempre a termos imediatamente anteriores;
- (C) mostram sempre referências a um de dois termos citados;
- (D) prendem-se sempre a elementos distantes no tempo;
- (E) ligam-se semanticamente a elementos já citados.

14

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

Observando esse segmento do texto 2, é possível observar que:

- (A) as duas ocorrências do termo “espanhóis” exemplificam classes de palavras diferentes;
- (B) as duas ocorrências do termo “nativos” exemplificam a mesma classe de palavras;
- (C) a seleção vocabular de “plantas e animais” foi feita por serem elementos que servem de alimentação ao Homem;
- (D) o adjetivo “exóticos” é fruto da opinião tanto de nativos quanto de espanhóis;
- (E) os vocábulos “natal” e “nativos” pertencem a diferentes famílias de palavras.

15

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

O termo sublinhado mostra uma oposição entre os seguintes pontos:

- (A) apesar de nos primeiros anos de conquista os espanhóis resistirem aos alimentos americanos, com o passar do tempo passaram a adotá-los;
- (B) apesar de os espanhóis trazerem consigo alimentos de sua terra natal, não deixavam de alimentar-se dos alimentos exóticos da América;
- (C) apesar de os espanhóis não se alimentarem com os produtos nativos, mandavam esses mesmos alimentos para a Europa;
- (D) apesar de os nativos oferecerem alimentos americanos aos espanhóis, os conquistadores não os comiam, enviando todos eles para a Europa;
- (E) apesar de os nativos comerem produtos exóticos, os conquistadores europeus não só os comiam como os enviavam também para a Europa.

16

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”.

Na reescritura desse segmento do texto 2, a pontuação está INADEQUADA em relação às regras de pontuação em:

- (A) Os espanhóis, nos primeiros anos de conquista, resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (B) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos e, por isso, trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (C) Nos primeiros anos da conquista os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (D) Os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, nos primeiros anos de conquista; trouxeram consigo, por isso, plantas e animais de sua terra natal;
- (E) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, e, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal.

17

No texto 2 há uma série de conectores; o conector sublinhado abaixo que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”/ consequência;
- (B) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ referência;
- (C) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ finalidade;
- (D) “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas”/ conclusão;
- (E) “Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”/ causa.

Observe a charge a seguir.



18

Na imagem há um grupo de elementos que representam oposição entre os dois personagens; a única distinção inexistente na charge é:

- (A) gordura X magreza;
- (B) alimentos industrializados X alimentos orgânicos;
- (C) refrigerante X suco natural;
- (D) frituras X produtos naturais;
- (E) carne X frutas, legumes e vegetais.

19

Considerando-se a charge como um texto argumentativo, o argumento apresentado se apoia na:

- (A) sedução, prometendo satisfação;
- (B) tentação, oferecendo vantagens;
- (C) intimidação, apelando para o medo;
- (D) provocação, referindo-se à competição;
- (E) constrangimento, causando incômodo social.

20

O objetivo da charge é:

- (A) condenar a preocupação exagerada com a alimentação;
- (B) aconselhar uma alimentação saudável;
- (C) desaconselhar a ingestão de refrigerantes;
- (D) incentivar a busca por um corpo perfeito;
- (E) alertar para os perigos provocados pela gordura em excesso.

Legislação Específica

21

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, a aprovação e a deliberação sobre criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens inerentes ao Executivo Municipal compete:

- (A) ao Prefeito, sem participação do Poder Legislativo;
- (B) ao Prefeito, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (C) à Câmara Municipal, com a iniciativa e sanção do Prefeito;
- (D) à Câmara Municipal, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (E) ao Tribunal de Contas, com prévio parecer da Câmara e do Prefeito.

22

A alienação de bens municipais está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado. Sabendo disso, o Prefeito de Salvador pretende realizar a alienação de um lote de cem metros quadrados, destinado à habitação de pessoa comprovadamente pobre.

De acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador, a iniciativa é possível, desde que não haja alienação de mais de uma área ou lote à mesma pessoa e seja:

- (A) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação e autorização legislativa, independentemente de licitação;
- (B) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação, autorização legislativa e licitação;
- (C) observado o preço médio de mercado, mediante prévia avaliação, dispensando-se autorização legislativa e licitação;
- (D) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, dispensando-se autorização legislativa e concorrência;
- (E) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, mediante prévia autorização legislativa, dispensando-se a concorrência.

23

João, Vereador da Casa Parlamentar de Salvador, deixou de comparecer, em seu primeiro período legislativo anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, eis que houve incompatibilidade com os horários em que leciona em universidade particular.

Conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Salvador, assegurada a ampla defesa, João:

- (A) será suspenso por até 30 (trinta) dias;
- (B) sofrerá desconto de 50% (cinquenta por cento) em seu subsídio;
- (C) será excluído de comissão parlamentar de inquérito;
- (D) responderá por crime contra o patrimônio público;
- (E) perderá o mandato de Vereador.

24

Em matéria de processo legislativo, a Lei Orgânica do Município de Salvador estabelece que:

- (A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias, salvo os casos de competência privativa, cabe ao Vereador, à Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e por proposta de 5% (cinco por cento) do eleitorado, no mínimo;
- (B) a proposta de emenda à lei orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos Vereadores;
- (C) aprovado em redação final, será o projeto de lei enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará no prazo de 30 (trinta) dias úteis, determinando o seu retorno à Câmara, para fins de publicação;
- (D) se o Prefeito considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, totalmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, vedado o veto parcial;
- (E) o Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, quando solicitar, deverão ser apreciados em regime de urgência, no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade do Presidente da Câmara.

25

À Mesa Executiva da Câmara Municipal compete, consoante dispõe o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador:

- (A) decretar desapropriação e intervenção em empresas concessionárias de serviço público, bem como permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros, quando não possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;
- (B) suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;
- (C) promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada, e administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;
- (D) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir regulamento para sua fiel execução, bem como baixar decretos e demais atos administrativos, fazendo-os publicar em órgãos oficiais;
- (E) fixar os preços dos serviços prestados pelo Município e os relativos à concessão, cessão, permissão ou autorização de uso de seus bens e serviços, bem como dirigir, superintender e fiscalizar serviços de obras municipais.

26

João, servidor público municipal da Câmara Municipal de Salvador, após processo administrativo disciplinar, foi demitido. Um ano depois, João reuniu provas de sua inocência, e logrou êxito em obter decisão administrativa que invalidou sua demissão.

No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar nº 01/91, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município de Salvador, o reingresso de João no cargo anteriormente ocupado junto ao Legislativo municipal ocorreu por meio:

- (A) da readaptação, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (B) da reintegração, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (C) do aproveitamento, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (D) da reversão, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (E) da recondução, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo.

27

Maria, servidora pública ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, durante 5 (cinco) dias úteis do mês de dezembro de 2017, ultrapassou sua jornada de trabalho em duas horas por dia, no horário de 22h às 24h, ao realizar serviço extraordinário em situações excepcionais e temporárias na Câmara, atendendo à necessidade do serviço.

No caso em tela, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Maria faz jus ao adicional:

- (A) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal diurna, sem prejuízo do adicional noturno;
- (B) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal diurna, caso não opte pelo adicional noturno;
- (C) por serviço noturno, pago na proporção de 150% (cento e cinquenta por cento) da hora normal diurna, sem prejuízo do adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (D) por serviço noturno, pago na proporção de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (E) por serviço noturno, pago na proporção de 50% (cinquenta por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários.

28

Joana e Joaquina, servidoras públicas municipais de Salvador, são casadas civilmente e, após regular processo judicial, adotaram o bebê Davi, de dez meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador:

- (A) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra à mesma licença, pelo prazo de 5 (cinco) dias;
- (B) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (C) uma delas terá direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (D) ambas terão direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar;
- (E) ambas terão direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar.

29

Cláudio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, no exercício da função pública, revelou segredo apropriado em razão do cargo, mediante publicação em uma de suas redes sociais na internet de fato sigiloso constante de um processo administrativo referente a determinada comissão parlamentar de inquérito.

Por ter praticado a falta funcional narrada, consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, após regular processo administrativo disciplinar, Cláudio está sujeito à pena de:

- (A) advertência, que será aplicada por escrito e, caso seja reincidente, à suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (B) suspensão, que terá até 90 (noventa) dias, independentemente de reincidência;
- (C) advertência e multa, no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (D) suspensão de até 60 (sessenta) dias e multa no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (E) demissão, cujo ato de imposição mencionará o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

30

Mauro, servidor público municipal efetivo, completou dez anos consecutivos de exercício de cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Salvador.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Mauro terá direito a perceber, quando exonerado, a título de:

- (A) abono de permanência, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (B) abono de permanência, valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, três anos;
- (C) estabilidade econômica, valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, dois anos;
- (D) estabilidade econômica, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (E) abono de chefia, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos.

Conhecimentos Específicos

O Quadro I a seguir apresenta as receitas tributárias realizadas do Estado Fênix, relativas ao exercício 20X1, extraídas do Balanço Orçamentário do ente.

Receita Tributária Total	R\$35.900.200,00
Receita IPVA – Parte Municípios	R\$1.750.000,00
Receita ICMS – Parte Municípios	R\$8.500.200,00
Outras Receitas Correntes - Parte Municípios	R\$510.750,00

31

De acordo com o Quadro I, o valor da receita tributária orçamentária do Estado Fênix no exercício 20X1 é de:

- (A) R\$35.900.200,00;
- (B) R\$35.389.450,00;
- (C) R\$34.150.000,00;
- (D) R\$27.400.000,00;
- (E) R\$25.139.250,00.

32

Considerando os dados do Quadro I, o valor a ser contabilizado como transferência e a respectiva função da despesa são:

- (A) R\$1.750.000,00 – Encargos Especiais;
- (B) R\$10.250.200,00 – Legislativa;
- (C) R\$10.760.950,00 – Encargos Especiais;
- (D) R\$10.250.200,00 – Administração;
- (E) R\$25.139.250,00 – Administração.

33

O Banco Beta transferiu para a conta da Prefeitura de Rio Alegria, em 20 de fevereiro de 20X1, o valor de R\$250.000,00, referente aos carnês de IPTU pagos.

A etapa da receita orçamentária a que essa situação se refere é o(a):

- (A) previsão;
- (B) recolhimento;
- (C) empenho;
- (D) arrecadação;
- (E) lançamento.

34

Embora todo gasto público seja comumente chamado de despesa, nem sempre o gasto causa redução no patrimônio da entidade, mas apenas uma mutação, ou seja, uma despesa não efetiva.

Constitui um exemplo de despesa corrente não efetiva:

- (A) transferência de capital;
- (B) despesa de exercícios anteriores;
- (C) juros sobre dívida por contrato;
- (D) indenizações e restituições;
- (E) despesa com adiantamento.

35

Considere as seguintes despesas.

- (a) pessoal e encargos;
- (b) aluguel de veículos.

Os empenhos dessas despesas podem ser classificados, respectivamente, como:

- (A) (a) estimativo e (b) ordinário;
- (B) (a) estimativo e (b) global;
- (C) (a) ordinário e (b) global;
- (D) (a) estimativo e (b) estimativo;
- (E) (a) global e (b) ordinário.

36

O registro do pagamento de Restos a pagar processados a pagar, nos sistemas patrimonial e orçamentário, é realizado da seguinte forma:

- (A) D Passivo circulante (F)
 - C Caixa e equivalente de caixa (P)
 - D RP processados pagos
 - C RP processados a pagar
- (B) D DDR comprometida por liquidação
 - C DDR utilizada
 - D RP processados pagos
 - C RP processados a pagar
- (C) D Passivo circulante (F)
 - C Caixa e equivalente de caixa (F)
 - D RP processados a pagar
 - C RP processados pagos
- (D) D RP não processados a liquidar
 - C RP não processados cancelados
 - D DDR comprometida por empenho
 - C Disponibilidade por destinação de recursos
- (E) D Caixa e equivalente de caixa (F)
 - C Passivo circulante (F)
 - D RP processados a pagar
 - C RP processados pagos

37

O suprimento de fundos é um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.

Uma das características do suprimento de fundos é:

- (A) atender a despesas de grande vulto, assim entendidas aquelas cujo valor possa ultrapassar o limite estabelecido;
- (B) atender a despesas contínuas, inclusive em viagem e com serviços especiais;
- (C) ser concedido a responsável por, no máximo, três suprimentos;
- (D) atender a despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento;
- (E) atender a despesa que não deva ser realizada em caráter sigiloso e, também, não se enquadre como pronto pagamento.

38

Para fins de definir um recurso como Ativo, o controle do recurso, pela entidade, envolve a sua capacidade em utilizar o recurso ou controlar o uso por terceiros.

Assim, pode ser considerado um indicador de controle, que possibilite avaliar se a entidade controla o recurso no presente o seguinte:

- (A) disponibilidade para valorização do recurso;
- (B) propriedade legal;
- (C) disponibilidade para realização imediata;
- (D) conversão do recurso em caixa por meio da sua alienação;
- (E) capacidade de mensurar confiavelmente o recurso.

39

O Município de Rio Alegria considera 01 de janeiro de 20X1 como a data do fato gerador do IPTU (imposto predial e territorial urbano). Assim o registro a ser feito quanto ao reconhecimento do direito com relação à natureza da informação patrimonial será:

- (A) D 1.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)
C 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)
- (B) D 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)
C 1.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F)
- (C) D 4.1.1.2 Imposto sobre patrimônio e a renda
C 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)
- (D) D 1.1.4.1 Créditos tributários a receber (F)
C 4.1.1.2 Imposto sobre patrimônio e a renda
- (E) D 1.1.2.1 Créditos tributários a receber (P)
C 4.1.1.2 Imposto sobre patrimônio e a renda

40

A despesa com o 13º salário dos funcionários da Prefeitura de Montes de Alagoas deve ser reconhecida:

- (A) no último mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- (B) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- (C) no penúltimo mês trabalhado, representando uma variação patrimonial aumentativa;
- (D) a cada mês trabalhado, representando uma variação patrimonial diminutiva;
- (E) no penúltimo mês do ano, representando uma variação patrimonial diminutiva.

41

Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser realizados considerando-se as relações:

- (A) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;
- (B) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a forma sobre a essência;
- (C) econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma;
- (D) jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, o que determina a lei;
- (E) jurídicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

42

Os itens patrimoniais estão sujeitos a critérios de mensuração específicos que visam a gerar informações fidedignas quanto à situação patrimonial da entidade.

A orientação “devem ser mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável, dos dois o menor”, refere-se ao seguinte elemento patrimonial:

- (A) disponibilidades;
- (B) estoques;
- (C) créditos e obrigações;
- (D) investimentos permanentes;
- (E) aplicações financeiras.

43

De acordo com a estrutura proposta pelo PCASP, as despesas orçamentárias empenhadas cujos fatos geradores ocorreram, mas ainda não foram liquidadas, apresentam uma situação transitória.

Para sua identificação, foi criada a conta:

- (A) crédito empenhado a liquidar;
- (B) crédito disponível;
- (C) crédito empenhado em liquidação;
- (D) crédito empenhado a pagar;
- (E) crédito empenhado liquidado a pagar.

44

Para garantir a integridade dos procedimentos contábeis, o PCASP dispõe sobre algumas regras de integridade.

Com relação a lançamentos contábeis, é correto afirmar que:

- (A) os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4;
- (B) os de natureza de controle apenas debitam e creditam contas das classes 5 e 6;
- (C) os de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes 1 e 2;
- (D) os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 7 e 8;
- (E) os de natureza orçamentária apenas debitam e creditam contas das classes 1, 2, 3 e 4.

45

Quando ocorrer utilização do superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário, as informações deverão ser apresentadas:

- (A) no Balanço financeiro;
- (B) no Balanço patrimonial;
- (C) na Demonstração do fluxo de caixa;
- (D) nas Notas explicativas;
- (E) na Demonstração das variações patrimoniais.

46

No Balanço Financeiro, a discriminação por fonte/destinação de recurso possibilita evidenciar a origem e a aplicação:

- (A) dos recursos financeiros referentes somente à receita orçamentária;
- (B) dos recursos econômicos de qualquer natureza;
- (C) dos recursos econômicos referentes à receita e despesa orçamentárias;
- (D) dos recursos financeiros referentes somente à despesa orçamentária;
- (E) dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

47

No Balanço Financeiro as receitas e despesas orçamentárias deverão ser segregadas quanto à destinação em ordinárias e vinculadas, e detalhadas, no mínimo, as vinculações:

- (A) à educação;
- (B) à saúde;
- (C) à educação e à saúde;
- (D) à educação, previdência social e seguridade social;
- (E) à educação, saúde, previdência social e seguridade social.

48

“Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.”

Essa definição se refere ao seguinte item do Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes que compõe o Balanço Patrimonial:

- (A) Passivo Permanente;
- (B) Passivo Financeiro;
- (C) Ativo Permanente;
- (D) Ativo não circulante;
- (E) Ativo Financeiro.

49

Considerando o quadro principal que integra o Balanço Patrimonial, é correto afirmar que:

- (A) as contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade;
- (B) os saldos das contas intragovernamentais deverão ser incluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente;
- (C) os ativos e passivos serão apresentados em níveis analíticos (3º nível ou 4º nível);
- (D) as contas do passivo devem ser apresentadas em ordem crescente do grau de exigibilidade;
- (E) as contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem crescente do grau de exigibilidade.

50

A Demonstração das Variações Patrimoniais tem sua elaboração com base nas contas contábeis, conforme modelo definido pelo PCASP, sendo utilizadas:

- (A) as classes 3 – variações patrimoniais aumentativas e 4 – variações patrimoniais diminutivas;
- (B) as classes 5 – variações patrimoniais diminutivas e 6 – variações patrimoniais aumentativas;
- (C) as classes 4 – variações patrimoniais diminutivas e 5 – variações patrimoniais aumentativas;
- (D) as classes 1 – variações patrimoniais diminutivas e 2 – variações patrimoniais aumentativas;
- (E) as classes 3 – variações patrimoniais diminutivas e 4 – variações patrimoniais aumentativas.

51

Na Demonstração do Fluxo de Caixa aplicada ao setor público, as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens e arrendamentos financeiros, devem ser divulgadas:

- (A) nas notas explicativas;
- (B) no quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função;
- (C) no quadro de receitas derivadas e originárias;
- (D) no quadro de juros e encargos da dívida;
- (E) no quadro principal.

52

A demonstração que complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias é:

- (A) Demonstração do Fluxo de Caixa;
- (B) Demonstração do Resultado do Exercício;
- (C) Balanço Financeiro;
- (D) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- (E) Demonstração do Valor Adicionado.

53

São dispensados de divulgação obrigatória na internet, mas mantidas a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no Art. 73-B da Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios com população de até:

- (A) 10.000 habitantes;
- (B) 20.000 habitantes;
- (C) 25.000 habitantes;
- (D) 30.000 habitantes;
- (E) 50.000 habitantes.

54

A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, que for classificada como secreta, terá como prazo máximo de restrição de acesso:

- (A) 05 anos;
- (B) 10 anos;
- (C) 15 anos;
- (D) 25 anos;
- (E) 30 anos.

55

No momento da arrecadação de impostos é realizado o lançamento a seguir, o qual demonstra uma informação de natureza patrimonial.

D 1.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 1.1.2.1 Créditos Tributários a Receber (P)

Esse lançamento representa o seguinte fato contábil:

- (A) modificativo aumentativo;
- (B) permutativo;
- (C) modificativo diminutivo;
- (D) misto aumentativo;
- (E) misto diminutivo.

56

De acordo com as disposições constitucionais, uma das finalidades do controle interno é:

- (A) promulgação de leis e instruções;
- (B) controle e análise estatística;
- (C) acompanhar a elaboração dos orçamentos;
- (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- (E) integrar a gestão e a administração financeira pública na busca da economicidade.

57

Com relação aos controles internos e externos, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- (A) pelos deputados;
- (B) pela Presidência da República;
- (C) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder;
- (D) pelo Poder Judiciário;
- (E) pelo Congresso Nacional, mediante controle interno e pelo sistema de controle externo de cada Poder.

58

Conforme previsto na Constituição da República de 1988, o controle externo da Câmara Municipal é exercido:

- (A) com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas ou Conselhos de Contas, onde houver;
- (B) pelo Congresso Nacional onde não houver Tribunal de Contas;
- (C) com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Poder Judiciário;
- (D) com o auxílio do Poder Executivo e dos Tribunais de Contas Estaduais, onde houver;
- (E) com o auxílio do Congresso Nacional ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Estados.

59

A Prefeitura da cidade de Pinhas realizou um grande investimento em tecnologia e disponibilizou um site de transparência, visando garantir ao cidadão o acesso a todas as informações, em conformidade com os preceitos da Lei nº 12.527/2011.

Para ser verificado o cumprimento dos direitos dos cidadãos previstos nesse preceito legal é imprescindível que nesse site de transparência tenham sido disponibilizadas as informações:

- (A) para acesso exclusivamente após a realização de cadastro no site, visando garantir e disponibilizar as estatísticas de acesso;
- (B) contidas em registros, produzidos por seus órgãos ou entidades, coletados ou não a arquivos públicos;
- (C) dos resultados das auditorias, se solicitadas expressamente;
- (D) referentes aos seus órgãos, autarquias e sociedades de economia mista, exceto daquelas não controladas diretamente pela Prefeitura;
- (E) de projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado.

60

O Município de Pinhas, ao elaborar o Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao 1º quadrimestre de 2017, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, inesperadamente descobriu que ultrapassou os 95% do limite definido no Art. 20 da LRF.

Diante dessa situação, o Município ficou vedado de:

- (A) contrair operação de crédito, destinada ao refinanciamento da dívida mobiliária, dando como garantia a arrecadação do próximo exercício;
- (B) encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal visando aumentar a alíquota do imposto sobre serviços;
- (C) realizar qualquer alteração de estruturas de carreiras e órgãos;
- (D) conceder aumento ou reajuste a qualquer título, inclusive se derivado de determinação contratual;
- (E) realizar provimento de cargo público, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

61

As despesas correntes derivadas de ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios são consideradas, de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, despesas:

- (A) incompatíveis com o plano plurianual;
- (B) irregulares e lesivas ao patrimônio público;
- (C) a classificar;
- (D) obrigatórias de caráter continuado;
- (E) de restos a pagar.

62

O pedido de acesso à informação, previsto na Lei nº 12.527/2011, conceituado como de transparência passiva, tem como característica determinante que:

- (A) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicos, por qualquer meio legítimo;
- (B) qualquer pedido de acesso a informações públicas não necessita de conter a identificação do requerente;
- (C) o órgão ou entidade públicos para fins de agilizar o atendimento poderá exigir os motivos determinantes da solicitação de informações;
- (D) não sendo possível conceder o acesso imediato à informação solicitada, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá justificar, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- (E) caso ocorra indeferimento da solicitação de acesso a informações pelo órgão ou entidade públicos, que esteja devidamente embasado, não poderá o interessado interpor recurso contra a decisão.

63

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, a escrituração das contas públicas deve atender às normas de contabilidade pública e observar o seguinte procedimento:

- (A) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma conjunta;
- (B) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se de forma complementar o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência;
- (C) as demonstrações contábeis compreenderão conjuntamente as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excluindo empresa estatal dependente;
- (D) no caso das demonstrações conjuntas, incluir-se-ão as operações intragovernamentais;
- (E) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se de forma complementar o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

64

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é um instrumento de publicação periódica, que permite o controle da execução do orçamento aprovado.

Esse relatório deve ser publicado:

- (A) até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre;
- (B) até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre;
- (C) por todos os poderes e órgãos da administração pública;
- (D) de forma consolidada apenas pelo Poder Executivo Federal;
- (E) apenas no Portal da Transparência de cada ente, facultativamente.

65

João, servidor público estável ocupante de cargo efetivo no Município de Salvador, acaba de se eleger Vereador no mesmo Município.

De acordo com as normas constitucionais aplicáveis:

- (A) independentemente de haver compatibilidade de horários, João deverá se afastar do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- (B) independentemente de haver compatibilidade de horários, João deverá se afastar do cargo efetivo, auferindo a remuneração pelo cargo eletivo;
- (C) se houver compatibilidade de horários, João poderá acumular os dois cargos, mas perceberá apenas a remuneração de um dos cargos, facultando-lhe a escolha;
- (D) se houver compatibilidade de horários, João perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
- (E) se houver compatibilidade de horários, João poderá acumular os dois cargos, mas perceberá apenas a remuneração do cargo eletivo.

66

A Constituição da República de 1988, ao tratar das disposições gerais da administração pública, estabelece que:

- (A) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação eleitoral e partidária;
- (B) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário deverão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- (C) a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias é permitida para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- (E) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

67

De acordo com o seu regimento interno, compete à Câmara Municipal de Salvador:

- (A) permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros, quando não possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;
- (B) promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada;
- (C) administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;
- (D) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- (E) celebrar convênios, acordos e consórcios com a União, o Estado, outros Municípios e entidades privadas, bem como promover o tombamento dos bens do Município.

68

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é o órgão da Câmara competente para examinar as condutas puníveis e propor as penalidades aplicáveis aos Vereadores submetidos ao processo disciplinar, previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Nesse contexto, consoante dispõe o regimento interno da Câmara Municipal de Salvador:

- (A) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de sete membros titulares e igual número de suplentes, sendo presidente nato o Corregedor-Geral;
- (B) os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara são eleitos por maioria absoluta, para um mandato de um ano, prorrogável por mais um ano, dentro da mesma Legislatura;
- (C) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de cinco membros titulares e igual número de suplentes, sendo presidente nato o Presidente da Câmara;
- (D) os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara são eleitos por maioria simples, respeitada a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara;
- (E) o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é composto de um Presidente eleito pela maioria absoluta dos vereadores, que indica dois Vice-Presidentes e um Secretário, além de outros cinco membros.

69

De acordo com o regimento interno da Câmara Municipal de Salvador, a convocação dos Secretários do Município, do Procurador-Geral ou titulares de entidades autárquicas, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á:

- (A) pelo Presidente da Câmara, exclusivamente, para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar, pessoalmente ou por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (B) por qualquer Vereador da Câmara, para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar, pessoalmente ou por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (C) pelo Presidente da Câmara, ou por qualquer uma de suas Comissões, para, no prazo de 8 (oito) dias, prestar, pessoalmente, ou de 30 (trinta) dias, por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (D) pelo Presidente da Câmara, após aprovação do Prefeito, para, no prazo de 30 (trinta) dias, prestar, pessoalmente ou por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados;
- (E) pelo Presidente da Câmara, após aprovação do Prefeito, para, no prazo de 8 (oito) dias, prestar, pessoalmente, ou de 30 (trinta) dias, por escrito, informações sobre assuntos previamente determinados.

70

A Câmara iniciará os trabalhos de cada Sessão Legislativa Ordinária constituindo as Comissões criadas por seu regimento interno, que são órgãos técnicos destinados ao estudo e à emissão de pareceres essenciais, especializados sobre os assuntos submetidos à sua deliberação.

Nesse sentido, conforme estabelece o regimento interno da Câmara Municipal de Salvador, compete à Comissão:

- (A) Executiva, manifestar juízo de admissibilidade sobre todos os assuntos em tramitação pela Câmara, para deliberação do plenário e/ou de outras comissões, que serão obrigatoriamente entregues à sua apreciação quanto aos seus aspectos constitucional, legal ou jurídico;
- (B) de Finanças, Orçamento e Fiscalização, apreciar as prestações de contas das verbas da Câmara e emitir parecer a respeito, bem como representar ao Prefeito sobre a necessidade da economia interna da Câmara;
- (C) de Constituição e Justiça e Redação Final promulgar e fazer publicar as resoluções da Câmara, decretos legislativos, emendas à lei orgânica municipal, bem como as leis, quando o prefeito não as sancionar;
- (D) dos Direitos do Cidadão, opinar em todas as proposições pertinentes à educação, cultura, esporte e lazer, assim como em iniciativas correlatas, bem como apresentar parecer sobre a organização das festas populares;
- (E) de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, manter relacionamento com as comunidades onde se evidenciem conflitos pela posse do solo urbano, decorrentes da necessidade de moradia.

Redação

Sobre a intolerância (UNESCO)

A intensificação atual da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do antissemitismo, da exclusão, da marginalização e da discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, dos refugiados, dos trabalhadores migrantes, dos imigrantes e dos grupos vulneráveis da sociedade e também pelo aumento dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento...

Com base no texto acima, responda à seguinte questão:

Afinal de contas, o que está acontecendo com o planeta?

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você procure analisar os diversos problemas do planeta como um todo, indicando possíveis soluções.

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos, com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

Realização

